



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes Estado de São Paulo

HUGO DO PRADO SANTOS, Prefeito, no uso de suas atribuições legais, apresenta à **CÂMARA MUNICIPAL** o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 69 /2025

“Dispõe sobre a alteração da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 e dá outras providências.”

Art. 1º Altera o artigo 3º da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** Compete ao COMSEA:

- I – Organizar e coordenar, em articulação com a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-Municipal), a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, convocada pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;
- II – Definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;
- III – Propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e as prioridades da Política e Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo os requisitos orçamentários para sua consecução;
- IV – Articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar Municipal, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- V – Mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VI – Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes Estado de São Paulo

VII – Zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

VIII – Manter articulação permanente com outros conselhos municipais de Segurança

Alimentar e Nutricional, com o conselho estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

IX – Elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Parágrafo único. O COMSEA manterá diálogo permanente com a CAISAN-Municipal, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive quanto aos requisitos orçamentários para sua consecução.”

Art. 2º Altera o parágrafo 1º e parágrafo 2º do artigo 4º da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§1º A representação governamental no COMSEA será exercida por representantes (titulares e suplentes) das Secretarias Municipais, cujas competências e atribuições estejam afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, os quais serão designados pelos Secretários Municipais das Secretarias representadas, a saber:

I - 01 Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II - 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - 01 Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV- 01 Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.”

§2º Os representantes (titulares e suplentes) da sociedade civil serão definidos por um processo eleitoral, convocado através de Edital específico para este fim.”





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes Estado de São Paulo

Art. 3º Acrescenta-se o parágrafo 3º ao artigo 4º da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a ter a seguinte redação:

“§3º Poderão se candidatar para o segmento da sociedade civil representantes dos seguintes setores:

- a) Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais;
- b) Associações de classes profissionais e empresariais;
- c) Instituições religiosas de diferentes expressões de fé;
- d) Movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;
- e) Entidades de povos e comunidades tradicionais e indígenas.”

Art. 4º Altera o artigo 5º da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A representação do segmento da sociedade civil deve ter efetiva atuação em segurança alimentar e nutricional, no Município de Embu das Artes.”

Art. 5º Altera o artigo 9º da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O (a) Presidente e Vice-presidente do COMSEA são representantes da sociedade civil, eleitos entre seus pares.”

Art. 6º Altera o artigo 10 da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. A participação dos membros do COMSEA será considerada função relevante e não remunerada.”

Art. 7º Acrescenta-se o artigo 13-A a Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes Estado de São Paulo

“Art. 13 - A. O COMSEA terá as suas competências definidas no regimento interno, de acordo com a organização descrita abaixo:

- I – Plenário;
- II – Presidência;
- III – Secretaria-Geral;
- IV – Secretaria-Executiva;
- V – Câmaras Temáticas.”

Art. 8º Acrescenta-se o artigo 13-B a Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13 – B. As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria-Executiva do COMSEA serão feitas por intermédio da Prefeitura.”

Art. 9º Altera o artigo 14 da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O COMSEA reunir-se-á, ordinariamente, em sessões bimestrais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por, pelo menos, metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.”

Art. 10. Acrescenta-se o artigo 14-A a Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14 – A. Poderão participar das reuniões do COMSEA, a convite de seu presidente, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como pessoas que representem a sociedade civil, cuja participação, de acordo com a pauta da reunião, seja justificável.”

Art. 11. Altera o artigo 15 da Lei nº 2085, de 23 de dezembro de 2003 que passa a vigorar com a seguinte redação:





Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes Estado de São Paulo

“Art. 15. O COMSEA elaborará seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação e o revisará a cada início de mandato.”

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município de Embu das Artes.

Assim, contamos com o apoio de Vossas Excelências para aprovação da presente propositura em plenário.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos seus Nobres Pares, Vereadores os meus protestos de consideração e apreço.

Estância Turística de Embu das Artes, 27 de maio de 2025.

HUGO DO PRADO SANTOS
Prefeito



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 330030003100390033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

